

Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.									
CNPJ/MF nº 34.189.633/0001-01									
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024					Demonstrações de Fluxo de Caixa - Método indireto				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Nota		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
Ativos Circulantes					Passivos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa					Fornecedores				
Títulos e valores mobiliários					Obrigações sociais e trabalhistas				
Contas a receber de clientes					Processos judiciais				
Estoques					Obrigações tributárias				
Impostos a recuperar					Imposto de renda e contribuição social				
Despesas antecipadas e adiantamentos					Contas a pagar com partes relacionadas				
Contas a receber com partes relacionadas					Adiantamento de clientes				
Outros ativos					Passivo de arrendamento				
Total dos ativos circulantes					Total dos passivos circulantes				
68.161					53.425				
Não circulantes					Passivos não circulantes				
Contas a receber com partes relacionadas					Contas a pagar com partes relacionadas				
Despesas antecipadas e adiantamentos					Outras contas a pagar				
Imobilizado					Passivo de arrendamento				
Intangível					Outras contas a pagar				
Direito de uso					Total dos passivos não circulantes				
Total dos ativos não circulantes					543.600				
507.469					487.029				
Total dos ativos					Total do Patrimônio líquido				
575.630					9.596				
572.527					575.630				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras									
Demonstrações do Resultado					Demonstrações do Resultado Abrangente				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Nota		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
Receita líquida de serviços prestados					Prejuízo do exercício				
Custos dos serviços prestados					Resultado abrangente do exercício				
Lucro bruto					Resultado abrangente do exercício				
36.083					(48.169)				
Receitas (despesas) operacionais					Capital social				
Gerais e administrativas					Capital social				
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa					Prejuízo acumulado				
Outras receitas e (despesas)					Total do Patrimônio líquido				
Resultado antes do resultado financeiro e impostos					29.729				
17.355					(9.596)				
Receitas financeiras					Total dos passivos e patrimônio líquido				
Despesas financeiras					575.630				
Resultado financeiro líquido					572.527				
(56.725)					572.527				
Resultado antes do IRPJ e CSLL					572.527				
(39.370)					572.527				
IRPJ e CSLL					As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
Corrente									
Prejuízo do exercício									
(39.325)									
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras									
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024									
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Contexto operacional - A Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A. (Companhia, HB Santos ou STS20), foi constituída em 23 de setembro de 2019 com o CNPJ 34.189.633/0001-01, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Eduardo Pereira Guinle, S/N, Armazéns de Fertilizante XII e T-08, e Armazém de Sal XVII, após constatar-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do Edital nº 1/2019 ("Edital"), para arrendamento de área portuária denominada STS20 por 25 anos, destinada a movimentação e armazenagem de graneis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, no Porto organizado de Santos (maior porto da América do Sul), Estado de São Paulo ("Arrendamento"). A Companhia é controlada integralmente pela Hidroviás do Brasil S.A., sociedade de capital aberto localizada no Brasil com ações negociadas na "B3" (Bolsa de Valores do Brasil). Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para execução do seu plano estratégico. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que apresentem patrimônio líquido negativo, decorrentes principalmente de transações de mútuos com partes relacionadas, não comprometem a sua liquidez, uma vez que a mesma é controlada integralmente pela Hidroviás do Brasil S.A., a qual tem capacidade de aportar capital na Companhia. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - 2.1 Base de preparação: Estas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2026 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Aplicamos a Orientação Técnica CPC 7 (R1) e a Resolução CVM nº 189/2023, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. 2.2 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 18.1 - Reconhecimento de receita. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 - Vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 10 - Vida útil dos ativos intangíveis; • Nota explicativa nº 11 - Vida útil dos bens de direito de uso e taxa de desconto. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, evidências obtidas de terceiros são analisadas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 22 - Gestão de Riscos. 3. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis - 3.1 Normas e políticas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor, conforme aplicável às suas operações. Alterações ao CPC 26/IFRS 18: Apresentação das demonstrações contábeis: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. Além disso, a norma passou a exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. 4. Representação das demonstrações financeiras - Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, a Companhia está representando as demonstrações financeiras comparativas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 devido aos seguintes fatores: • Classificação de Outorgas de áreas portuárias como Direito de Uso e Arrendamentos a Pagar, anteriormente apresentando como Intangível e Outorgas a Pagar, em alinhamento às práticas contábeis da Ultrapar Participações S.A, acionista controlador da Hidroviás do Brasil S.A. Os reflexos desta representação no balanço patrimonial, estão apresentados a seguir:									

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "impairment": O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC (unidade geradora de caixa). Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC de 12,3% (10,5% em 31 de dezembro de 2024). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 3,8%. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada. **10. Intangível – 10.1 Política contábil:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **10.2 Composição dos saldos:** A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

Custo:	Intangível	
	Soft- em and- ware	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.434	3.865
Adições	437	437
Baixas	(147)	(147)
Transferências (*)	1.694	(1.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.128	4.138
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.773)	– (1.773)
Adição	(752)	– (752)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.525)	– (2.525)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	1.603	10 1.613
Taxa anual de amortização – %	20,50	–

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R\$ 17.

Custo:	Intangível	
	Soft- em and- ware	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.434	– 2.434
Adições	1.431	1.431
Saldo em 31 de dezembro 2024	2.434	1.431 3.865
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(973)	– (973)
Adição	(800)	– (800)
Saldo em 31 de dezembro 2024	(1.773)	– (1.773)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	661	1.431 2.092
Taxa anual de amortização – %	20,50	–

11. Direito de uso e passivo de arrendamento – 11.1 Política contábil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, mensurado através do valor presente das parcelas futuras, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos, mais custos diretos associados ao contrato de arrendamento. Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Companhia não possui a intenção de comprar esses ativos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exer-

cerá a opção de compra. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **11.2 Composição dos saldos –** A composição e movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada abaixo: **11.2.1 Direito de uso**

Equipamen- tos	Área portu- ária	Total	
			Imóveis
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado	161.554	5.488	79.378 246.420
Constituição e remensuração de contratos	8.478	2.238	– 10.716
Amortização	(8.033)	(4.610)	(3.750) (16.393)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024 – Reapresentado	161.999	3.116	75.628 240.743
Constituição e remensuração de contratos	11.677	12.058	– 23.735
Baixas	–	(122)	(122)
Amortização	(8.612)	(4.228)	(3.686) (16.526)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	165.064	10.824	71.942 247.830

11.2.2 Passivo de arrendamento: Abaixo a movimentação dos passivos de arrendamentos:

31/12/2025	31/12/2024
Constituição e remensuração de contratos	23.735
Apropriação de encargos financeiros	20.215
Pagamento de contraprestação	(46.144)
Pagamento de juros	(692)
Baixas	(99)
Saldos líquidos final	223.937
Circulante	7.138
Não circulante	216.799
Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos não descontado a valor presente:	
Ano	Santos
Até 1 ano	26.910
De 1 a 2 anos	25.743
De 2 a 3 anos	25.810
De 3 a 4 anos	21.503
De 4 a 5 anos	21.609
Mais de 5 anos	325.217
Passivos de arrendamentos	446.792
12. Fornecedores	31/12/2025 31/12/2024
Fornecedores nacionais	9.287
Fornecedores estrangeiros	1.494
Total	10.781

13. Obrigações tributárias

31/12/2025	31/12/2024
OPFINS	1.867
ISS s/ faturamento	1.194
PIS	404
Outras obrigações	295
Total	3.760

14. Obrigações sociais e trabalhistas

31/12/2025	31/12/2024
Provisão para bônus e gratificações	2.189
Férias e encargos	1.809
INSS a recolher	461
IRRF a recolher	179
FGTS a recolher	145
Total	4.783

15. Partes relacionadas – 15.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração: As despesas com remuneração do pessoal-chave da administração estão registradas na controladora Hidrovias do Brasil S.A. **15.2 Transações entre partes relacionadas:** Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia e demais partes relacionadas interessadas. As transações entre partes relacionadas, incluindo aquelas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa estão demonstradas abaixo:

Ativo	Passivo		Resultado Operacional	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas compartilhadas				
Hidrovias do Brasil S.A.	–	–	978	436
Prestação de serviços, aquisição de insumos e outros				
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	1	1	273	273
Hidrovias do Brasil S.A.	226	342	5.923	5.923
Operações financeiras				
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. (a)	–	–	316.795	274.079
Hidrovias do Brasil S.A.	–	–	15.793	– 1.612
Hidrovias do Brasil – Holding Norte	–	–	13.534	– 1.534
Ultra (b)	36.507	–	–	(1.719)
Total de transações com partes relacionadas	36.734	343	339.762	294.245
Caixa e equivalentes de caixa	36.507	–	–	–
Contas a receber com partes relacionadas	227	343	–	–
Contas a pagar com partes relacionadas	–	–	339.762	294.245

(a) Refere-se ao contrato de mútuo celebrado entre HB Santos e HB Vila do Conde. (b) Refere-se a aplicações financeiras equivalentes de caixa da Companhia em Fundo controlado pelo Grupo Ultra. **16. Patrimônio líquido – a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 203.905 (R\$ 203.905 em 31 de dezembro de 2024), representado por 203.904.863 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Ações ordinárias	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Hidrovias do Brasil S.A.	203.904.863	100%	–	–
Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A.	–	0%	203.904.863	100%
Total	203.904.863	100%	203.904.863	100%

Em 2025 a Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A. foi incorporada pela Hidrovias do Brasil S.A. Decorrente da incorporação, a Hidrovias do Brasil S.A. passou a deter 100% do capital social da HB Santos. **17. Compromissos –** Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com alguns dos nossos clientes, com requisitos mínimos de volume e tarifa pré-acordados e ajustados conforme contrato. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia possui alguns contratos de longo prazo com os seguintes vencimentos:

Vencimentos	
Santos	Contrato I – Vencimento em 2032;
	Contrato II – Vencimento em 2029;
	Contrato III – Vencimento em 2027.

18. Receita líquida – 18.1 Política contábil: As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ou a transferência de controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Companhia receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos. A Companhia reconhece a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas e outras deduções, se aplicáveis. A Companhia não possui obrigações de devolução ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. A receita de prestação de serviços está representada pelo serviço integrado

de recebimento, armazenagem e expedição de graneis sólidos. A Companhia detém contratos com clientes aos quais possuem cláusulas de Take or Pay. As receitas de serviços prestados são reconhecidas em função da efetiva prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. **18.2 Composição dos saldos:** As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

31/12/2025	31/12/2024
Total da receita de prestação de serviço bruta	179.572
Impostos sobre a receita bruta	(25.154)
Subtotal dos impostos	(25.154)
(-) Desconto concedidos	(1.527)
Total da receita líquida	152.891

19. Custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza – A Companhia apresenta os resultados por natureza na demonstração do resultado por função, e apresenta a seguir o detalhamento dos custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza:

31/12/2025	31/12/2024
Salários, encargos e benefícios	(34.423)
Depreciações e amortizações (a)	(40.801)
Serviços de Informática	(3.649)
Manutenção	(6.954)
Combustível	(2.006)
Serviços de terceiros	(10.110)
Aluguéis	(9.719)
Viagens e Passagens	(210)
Copa e cozinha	(404)
Operacionais e segurança	(20.017)
Taxas e encargos diversos	(420)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	336
Processos judiciais	66
Seguros	(1.148)
Doações	–
Outras (despesas) receitas	(6.077)
Total	(135.536)
Classificados como:	
Custo dos serviços prestados	(116.808)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	336
Gerais e administrativas	(18.687)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(377)
Total	(135.536)

(a) Os ajustes referentes aos créditos de PIS/COFINS no Brasil, decorrentes dos pagamentos das parcelas de arrendamento, são registrados a crédito das despesas de depreciação do direito de uso e despesas financeiras. Nesse sentido durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes registrados na rubrica de depreciações e amortização estão líquidos dos créditos tributários mencionados no montante de R\$ 777 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2024).

20. Resultado financeiro – 20.1 Política contábil: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos e arrendamentos. **20.2 Composição dos saldos:** O quadro a seguir demonstra a composição das receitas e despesas financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

31/12/2025	31/12/2024
Receitas	
Rendimentos financeiros de aplicações financeiras	2.512
Juros sobre outros ativos	(192)
Total	2.320
Despesas	
Juros sobre mútuos e arrendamento	(57.825)
Outras	(1.115)
Total	(58.940)
Variáveis Monetárias e Cambiais, líquida	
Despesa	(105)
Total	(105)
Resultado financeiro líquido	(56.725)

21. Imposto de renda e contribuição social – 21.1 Política contábil: Na Companhia, os valores desses tributos do exercício, correntes, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente e R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

21.2 Reforma tributária: No decorrer de 2024, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que resultou na edição da Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025. Essa lei regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 32/2023, e cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A Reforma mantém o período de transição já previsto, que ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual o atual modelo tributário será gradualmente substituído pelas novas regras. A Lei Complementar nº 214/2025 não definiu, até o momento, as alíquotas do IBS e da CBS. Além disso, segue em tramitação o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que tratará de procedimentos operacionais e administrativos relacionados ao novo sistema tributário. Dessa forma, os efeitos contábeis e tributários da Reforma somente poderão ser avaliados de maneira completa após a conclusão do processo de regulamentação. Assim, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **21.3 Composição dos saldos: 21.3.1 Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(39.370)
Alíquota nominal	34%
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	13.386
Ajustes Permanentes:	
Despesas Indedutíveis	(247)
Outros ajustes:	
Imposto diferido s/ diferenças temporárias não reconhecidas	(4.551)
Imposto diferido s/ prejuízos fiscais não reconhecidos	(8.588)
Outros Ajustes	45
Imposto de Renda e Contribuição Social	45
Impostos correntes	45
Alíquota efetiva	(0,11%) (0,03%)

22. Gestão de riscos – 22.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração inicial: Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: Custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A Companhia avalia classificação e mensuração dos instrumentos de acordo com o seu modelo de gerenciamento de instrumentos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com

os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos, as perdas e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: instrumentos financeiros realizados com a finalidade de recebimento e obrigação dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos instrumentos. As alterações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. • Valor justo por meio de outros resultados: instrumentos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas provenientes das alterações no valor justo desses instrumentos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem, independentemente de sua realização. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi realizada de acordo com as premissas observáveis e não observáveis para cada classe de ativos e passivos financeiros, sendo classificada de acordo com os seguintes níveis: a) Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. b) Nível 2 – Exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). c) Nível 3 – Para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Classificação e mensuração subsequente:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita voluntariamente por investimento. A Companhia realiza investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **22.2 Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos:** A Administração avaliou os instrumentos financeiros da Companhia e entende que, na data das demonstrações financeiras, o valor contábil líquido de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e partes relacionadas se aproxima do seu valor justo. A classificação e nível de mensuração dos instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

Ativos	Nível	Nota explicativa	Valor justo	
			31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	–	5	38.890	22.383
Contas a receber de clientes	–	6	11.776	13.727
Créditos com partes relacionadas	–	15	227	343
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	–	12	10.781	9.670
Partes relacionadas	–	15	339.762	294.245

22.3 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia está exposta a riscos estratégico-operacionais e riscos econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes do segmento) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de estratégias específicas e de políticas de controle. A Companhia faz gestão dos riscos através de políticas internas e estratégias específicas com o propósito de mitigar ou reduzir suas exposições de fluxo de caixa e de redução do valor de seus ativos, através da Tesouraria, cuja qual é responsável pelo gerenciamento de riscos e pela avaliação e identificação de proteções contra riscos financeiros. O Conselho de Administração da controladora Hidrovias do Brasil S.A. é responsável por aprovar as políticas internas e realizar a avaliação recorrente de exposição da Companhia. A controladora Hidrovias do Brasil S.A. possui uma política de riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"), e esta política é aplicada pelas suas controladas. De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e commodities), liquidez e crédito. Na controladora Hidrovias do Brasil S.A. o Comitê de Auditoria e Riscos ("CAR") assessora o Conselho de Administração na eficácia dos controles e na revisão da Política de gestão de riscos. A Companhia está exposta aos seguintes riscos, os quais são mitigados e geridos por meio de determinados instrumentos financeiros:

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Poss	

... continuação

Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

mercado impactadas pelas taxas de Depósito Interbancário ("DI") e Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). A análise de sensibilidade demonstra a despesa e a receita incremental que teriam sido reconhecidas no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente. A taxa base anual utilizada foi de 14,90% e a taxa sensívelizada foi de 13,82% de acordo com as taxas referenciais disponibilizadas pela B3.

22.3.2 Risco de crédito: É o risco da Companhia, sofrer perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A Companhia está exposta principalmente em atividades operacionais através de seus recebíveis de clientes e atividades de investimento através de sua caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito no período em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	38.890	22.383
Contas a receber	11.776	13.727
Total	50.666	36.110

22.3.2.1 Contas a receber de clientes: A Companhia avalia o perfil de crédito de cada novo cliente para realizar liberação de crédito. A análise de crédito efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados individualmente. As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência baseado na experiência histórica e informações prospectivas que auxiliam na definição do risco de crédito de cada cliente. Tais riscos de crédito são administrados em cada segmento da Companhia, por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito. A Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 1.814 (R\$ 2.150 em 31 de dezembro de 2024) correspondente a estimativa de perdas esperadas referente ao contas a receber, vide nota explicativa nº 6.3.

22.3.2.2 Instituições financeiras: O direcionamento estratégico da Companhia é tratado em reuniões do comitê executivo e supervisionado pelo Conselho de Administração da controladora Hidroviás do Brasil S.A. A alocação de capital em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são direcionadas pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida a fim de reduzir o seu risco financeiro e, portanto, restringe a exposição às instituições financeiras de primeira linha, com classificação *investment grade* pelas agências de risco amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o rating das contrapartes eram:

	Valor justo	31/12/2025	31/12/2024
Rating de crédito da contraparte			
AAA	36.828	22.084	
AA	2.062	299	
Total	38.890	22.383	

22.3.3 Risco de liquidez: A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do seu plano estratégico. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que apresentem capital circulante líquido negativo, não comprometem a sua liquidez, uma vez que a mesma é controlada integralmente pela Hidroviás do Brasil S.A., a qual tem capacidade de aportar capital na Companhia. A tabela a seguir resume os passivos financeiros e arrendamentos a pagar da Companhia em 31 de dezembro de 2025, classificados por faixas de vencimento. Os valores apresentados são fluxos de caixa não descontados contratados e podem diferir dos saldos do balanço patrimonial:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	10.781	-	-	-
Passivo de arrendamento	26.910	25.743	25.810	368.329
Contas a pagar com partes relacionadas	12.961	326.801	-	-

22.4 Gestão de capital: A Companhia administra e otimiza sua estrutura de capital com base em indicadores, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios e a maximização do retorno aos seus acionistas. A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (arrendamentos a pagar conforme nota explicativa nº 11.2 após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa conforme nota explicativa nº 5), e pelo patrimônio líquido. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras. Em adição, a Companhia também procura melhorar o seu retorno sobre o capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. Anualmente a Companhia realiza a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido. O coeficiente de alavancagem no final do período/exercício é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida bruta e arrendamento a pagar (a)	223.937	226.922
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	38.890	22.383
Dívida líquida = (a) - (b)	185.047	204.539
Patrimônio líquido	(9.596)	29.729
Relação dívida líquida/patrimônio líquido	(-1.928%)	688%

23. Eventos subsequentes: Em 05 de março de 2026, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária, sem garantia real. A operação será realizada por meio de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e sem a realização de esforços de venda junto a investidores. A debenturista da transação é a coligada Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A. A emissão totaliza o montante de R\$315.000, com vencimento em 05 de março de 2031, com juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures equivalentes a 105% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Décio Sampaio Amaral - Diretor Presidente
 André Saleme Hachem - Vice Presidente de Finanças e RI
 Christian Rodrigues Soares Junior - Contador CRC 1SP 330.307/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A. (*"Companhia"*), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: A demonstração individual do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório sem modificação em 31/03/2025. Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 4, foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório datado de 31/03/2026, o qual não contém nenhuma modificação. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2026
 Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
 CRC nº 2 SP 011.609/O-8
 Carolina Caetano Molina
 Contadora - CRC nº 1SP 268.052

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

Accesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.




DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Accesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou accesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

